



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 679916 - BA (2021/0218313-8)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : HORLAN REAL MOTA
ADVOGADO : HORLAN REAL MOTA - BA026171
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE : HELENO LOPES DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de HELENO LOPES DE SOUZA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (HC n. 8003051- 33.2021.8.05.0000).

Consta dos autos que o paciente encontra-se preso, desde 12/10/2019, por supostamente ter praticado o crime descrito no art. 157, § 2º, II-A, incisos I e II, do Código Penal.

O impetrante alega, em síntese, excesso de prazo, tendo em vista que está preso há quase 2 anos, e o processo está parado porque o Ministério Público não conseguiu trazer suas testemunhas em juízo. Como não se sabe quando o processo se encerrará, não pode suportar o ônus da prisão por motivos que dizem respeito ao outro polo da ação.

O acórdão recorrido traz a seguinte ementa (fls. 55-56):

HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. EMPREGO DE ARMA DE FOGO E CONCURSO DE AGENTES. INEXISTÊNCIA DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. NÃO CONFIGURADA DESÍDIA NA CONDUÇÃO DO PROCESSO. ORDEM DENEGADA.

Os prazos indicados na legislação processual penal não são peremptórios, servindo apenas como parâmetro geral, daí que não se pode concluir pelo excesso a partir de mera soma aritmética dos prazos processuais, podendo-se flexibilizá-los diante das peculiaridades do caso concreto. HABEAS CORPUS DENEGADO.

Requer a concessão da ordem, liminarmente e no mérito, para que seja decretado o relaxamento da prisão ou substituí-la por outra medida diversa da prisão, com a expedição do alvará de soltura.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A matéria aqui suscitada é também objeto do HC n. 615.784, de relatoria do Ministro Sebastião Reis Júnior, conforme informa o causídico à fl. 4.

Constata-se, assim, a inadmissível reiteração, consoante o entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Veja-se o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. INDEFERIMENTO LIMINAR. EXECUÇÃO. PROGRESSÃO DE REGIME. EXAME DA MATÉRIA EM HABEAS CORPUS ANTERIOR. REITERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME. AGRAVO DESPROVIDO.

Inviável o reexame de matéria já apreciada em mandamus anteriormente julgado, configurada a inadmissível reiteração de pedido, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do STJ.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 589.856/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 31/8/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente